



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0198/13	DATA: 02/04/2013
INÍCIO: 15h16min	TÉRMINO: 17h10min	DURAÇÃO: 01h54min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h54min	PÁGINAS: 40	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO ELIAS FILHO - Diretor de Construção da Norte Energia S.A.  
ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA - Diretor da Área de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança Pública, Saúde Ocupacional e Responsabilidade Social do Consórcio Construtor da Belo Monte — CCBM.

SUMÁRIO: Apuração de denúncias de turismo sexual e exploração de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve exibição de vídeo.  
Há falha na gravação.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 23ª Reunião a todos os membros presentes, eu determino a dispensa da leitura da ata. Então, é dispensada a leitura da ata.

Vamos colocá-la em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discuti-la, vamos à votação.

Os Deputados e as Deputadas que estiverem de acordo podem permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Então, portanto, aprovada a ata.

Foi distribuída aos Deputados e às Deputadas presentes a síntese das correspondências recebidas na Comissão. Os originais encontram-se sempre à disposição para consulta na Secretaria da CPI.

Comunico que o Deputado Ricardo Arruda, do PSC do Paraná, passa a integrar a Comissão como suplente, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, que se encontra licenciado.

Informo que o Deputado João Ananias justifica sua ausência à presente reunião.

Nós vamos começar a nossa reunião no dia de hoje seguindo a ordem do dia. Antes disso, solicito à Deputada Carmen Zanotto que possa nos auxiliar na condução dos trabalhos. Estamos ainda no aguardo da presença da Relatora, que deve estar se dirigindo a esta Casa.

Vamos, então, à Ordem do Dia, que tem como item 1 a audiência pública com os seguintes convidados, que convido para tomar assento à mesa. Convido o Engenheiro Antônio Elias Filho, Diretor de Construção da Norte Energia S.A., e Antonio Carlos Oliveira, Diretor da Área de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança, Saúde Ocupacional e Responsabilidade Social do Consórcio Construtor de Belo Monte — CCBM.

Tão logo tenhamos condição para tanto, vamos também apreciar os relatórios.



Esta audiência pública está sendo realizada a partir de um requerimento, o Requerimento nº 108, de minha autoria, e ela faz parte... Gostaria de agradecer a presença e dizer que nós estamos fazendo uma série de discussões acerca do impacto das grandes obras na situação de exploração sexual de crianças e adolescentes. Nós temos um contexto que se diferencia do contexto onde foi realizada a CPI Mista que discutiu abuso e exploração sexual no Congresso Nacional, porque nós temos, neste momento, as grandes obras, como temos também os grandes eventos, que provocam um impacto nas situações de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Portanto nós tivemos já aqui a oportunidade de escutar em audiência pública a Conselheira Tutelar da região, que foi uma das denunciantes da existência de um estabelecimento, onde se detectou a presença de crianças e adolescentes em situações absolutamente atentatórias contra a dignidade humana, nas proximidades de Belo Monte, a alguns quilômetros de Belo Monte.

Tivemos ainda o depoimento aqui, também em audiência pública, de uma representante do Movimento dos Atingidos por Barragens, que nos apontou alguns dados. Por exemplo, falou aqui sobre o relatório elaborado pela Plataforma DHESCA, a partir de 2010-2011, com a intensificação das obras. Disse-nos a nossa depoente Alexania Rossato que houve um aumento dos crimes sexuais em 18,75% nos 11 Municípios impactados pelas obras de Belo Monte; na cidade de Altamira, dizia, houve um aumento de 75%. Foi onde houve o maior impacto, o maior recrudescimento da situação de exploração sexual ou de violência sexual nesses Municípios.

Segundo ela, o pesquisador da Universidade do Estado do Pará afirma que o número de denúncias cresceu muito nos últimos anos, que 160 casos foram registrados na 5ª Vara da Justiça Estadual de Altamira; 5% do total dizem respeito à exploração sexual.

É possível ainda fazer uma relação entre o aumento expressivo da população de Altamira e o aumento das situações de violência, em especial a de natureza sexual. E dizia ela que, em 2010, antes da construção da usina, existiam 99 mil habitantes. Em 2012, foram registrados 145 mil habitantes, obviamente, numa relação extremamente direta, extremamente nítida com a existência das obras. E as



condições dos Municípios foram abaladas com consequências danosas para os moradores. E ela apontava o registro de milhares de operários, que, na verdade, adentram a construção dessas obras, obras de grande porte, sem vínculos familiares, com vínculos familiares distanciados, e, via de regra, isso representa um recrudescimento da situação de exploração sexual.

Dizia também a representante aqui que há um certo mutismo, uma convivência pacífica da empresa, das construtoras com o mercado de sexo nas regiões, nos arredores das usinas hidrelétricas.

E ela dizia que se constatam boates na proximidade dos canteiros; que há relatos de atendimento de vários segmentos de trabalhadores, sejam trabalhadores que recebem menos que operários, sejam gerentes; que existe inclusive uma seletividade da oferta, como se coisas fossem as nossas mulheres, as nossas adolescentes; que garotas brancas seriam destinadas a determinado nível, a determinadas pessoas com o nível salarial mais elevado e que muitas dessas casas aceitam os vales, que seria o vale-alimentação, como pagamento pelos serviços ali ofertados.

Então, portanto, nós estamos aqui, e uma das linhas de atuação desta CPI é a linha de atuação do impacto das grandes obras, porque nós queremos contextualizar, problematizar, para que nós possamos, a partir daí, oferecer soluções, oferecer perspectivas de superação desse impacto, que é o impacto que não condiz com os benefícios que essas grandes obras trarão para a Nação.

Então, não podemos deixar... Primeiro, há uma expectativa, é um pouco da discussão que já foi feita aqui nesta Comissão, que irá ter prosseguimento. No dia de amanhã, vamos receber aqui os bancos que financiam essas construções, seja BNDES, Caixa Econômica, Banco do Brasil. E vamos ainda falar com uma adolescente. Foi detectada a sua situação de exploração sexual na proximidade de Altamira, e vamos receber a mãe dela e ela mesma na outra semana.

Então, portanto, nós queremos problematizar, estabelecer um diagnóstico. Mas o diagnóstico nos serve para que possamos apresentar as soluções necessárias para que nós tenhamos a superação dessa constatação de que não é apenas em Belo Monte.



Nós tivemos aqui informe sobre a Barragem de Aimorés, na Zona Leste de Minas Gerais; a Barragem da Barra Grande, na divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina; as Usinas de Jirau e de Santo Antônio, no Rio Madeira, próximo a Porto Velho. E eu tive, inclusive, a oportunidade de ali estar e participar de uma série de discussões. Inclusive a Comissão de Direitos Humanos desta Casa teve oportunidade de realizar uma discussão acerca dos impactos das grandes obras nos direitos das crianças e adolescentes.

Então, pensamos nós que é importante que nós possamos daqui tirar marcos legais. Da mesma forma com que nós temos um licenciamento ambiental, que deveria ser socioambiental, um licenciamento ambiental que tem um rigor, que nós também tenhamos as condições de possibilitar a existência das grandes obras, desde que tenhamos os instrumentos suficientes e necessários para garantir os direitos das nossas crianças e dos nossos adolescentes. E não apenas isso, mas que nós possamos também ter um acompanhamento, um acompanhamento com o qual o Estado seja capaz de acompanhar e periodicamente realizar inspeções, na perspectiva de assegurar que nós não tenhamos um recrudescimento da violação de direitos de crianças e adolescentes, particularmente das situações de exploração sexual. Porque o que nós percebemos também, tanto no depoimento da Conselheira quanto em outros depoimentos, é que, quando se instala uma grande obra, o canteiro atrai inclusive a modificação e o desvio das rotas de exploração sexual, para ter como destino final aquelas localidades onde estarão milhares de homens remunerados e milhares de homens desvinculados das suas famílias.

Então, nós estamos aqui para traçar um quadro necessário, um cenário necessário, um diagnóstico preciso, na perspectiva de que a gente avance nos marcos legais, que achamos que são importantes, e que avance também no acúmulo e na compreensão da necessidade de as empresas e do próprio Estado assegurarem as condições e as contrapartidas necessárias, que têm que ter a leitura de proteção das crianças e dos adolescentes também.

Penso, *grosso modo*, que nós não deveríamos permitir nenhuma obra sem o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, dos equipamentos públicos para as crianças e adolescentes, sem a definição das próprias rotas, para que nós possamos ter políticas, inclusive não no destino, mas na origem das próprias rotas,



para que nós não tenhamos esta migração que constatamos de forma muito intensa, até porque os depoimentos indicam que essas meninas... E essa adolescente, chegou à nossa Relatora, Deputada Liliam Sá, que ela havia... que elas foram aliciadas no Rio Grande do Sul, ou no Sul do País, para estar no Pará.

Então, nós vamos continuar nesse processo de investigação. E por isso há a intenção de chamá-los aqui, tanto os representantes da Norte Energia quanto os da própria empresa, do Consórcio, na perspectiva de que a gente possa discorrer acerca disso.

Nós vamos fazer o seguinte procedimento: vamos oferecer um tempo inicial de 15 minutos para uma exposição; depois vamos abrir para a Relatora, que tem prevalência nas suas questões, porque é importante... E tem prevalência durante toda a audiência. A Relatora tem disponibilidade, assegurada regimentalmente, para falar no momento em que achar necessário, porque, obviamente, precisa dos elementos para a construção do seu relatório.

Depois abrimos para os Deputados. Estamos aqui com a Deputada Professora Dorinha e também com a Deputada Carmen Zanotto, que muito nos alegram com sua presença, porque são duas Parlamentares que têm contribuído muito com os questionamentos, com a construção, com a formatação do processo e da discussão acerca do objeto desta CPI.

Então, neste momento, eu vou passar a palavra para o Sr. Antônio Elias Filho, por um período de até 15 minutos, e, em seguida, para o Sr. Antonio — são dois Antônio —, Antonio Carlos Oliveira, por um período igual de 15 minutos. Passo para a Relatora, para as Deputadas e para os Deputados que quiserem fazer uso da palavra. Em seguida, V.Sas. têm a condição de, obviamente, responder a todos os questionamentos que aqui forem feitos.

Então, neste momento, passo a palavra para o Sr. Antônio Elias Filho, por até 15 minutos.

**O SR. ANTÔNIO ELIAS FILHO** - Sra. Presidenta, Sra. Relatora, antes de iniciar a minha pequena apresentação, eu gostaria de agradecer a honra de colaborar para esta CPI, primeiro, como brasileiro, pai de família e cristão; segundo, como representante da Norte Energia S.A., que é a empresa responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.



Nós temos uma apresentaçõzinha muito rápida, Sra. Presidenta, uma apresentação muito institucional, simplesmente para circunstanciar os presentes sobre o que é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Em seguida, vamos entrar em alguns detalhes referentes ao tema em questão.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A Norte Energia é uma empresa privada responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que, na verdade, é um complexo de geração de energia composto por dois barramentos: um chamado Belo Monte; e o outro, Pimental. O leilão foi realizado no dia 20 de abril. Estamos para completar 3 anos e devemos iniciar as nossas operações no final do ano que vem, com a comercialização, em fevereiro de 2015, para a Pimental, e em março de 2016, para a Belo Monte.

O regime hidrológico da Amazônia se distingue, como todos vocês sabem, do restante do País. Então, Belo Monte, interligada ao sistema nacional, vai permitir minimizar ou mesmo acabar com o problema de abastecimento de energia elétrica, pelo seu potencial de 11.233 megawatts. É basicamente uma Itaipu. Temos um termo técnico: Belo Monte é “a fio d’água”. Isso quer dizer que nós não temos um grande reservatório que permitiria a geração contínua de energia durante todo o ano na sua capacidade máxima.

Então, o armazenamento é anual, que é turbinado. E durante o período de seca, temos uma quantidade de água que nos induz a um fator de potência na casa de 0,46, da potência total. Belo Monte tem um reservatório de 500 quilômetros quadrados no Brasil. Para que vocês tenham uma ideia, isso equivale a 0,02 quilômetros quadrados por megawatt instalado. Tucuruí, que está logo à jusante, tem sete vezes a área, com uma potência muito menor, sendo que, desses 500 quilômetros quadrados, cerca de 300 quilômetros quadrados são a própria calha do rio. Nós não estamos inundando um centímetro quadrado a mais do que o próprio rio já faz hoje no período de cheia.

O Sítio Pimental tem por finalidade principal jogar água em Belo Monte, sem inundar área alguma; há uma disposição de canais. No entanto, nós temos um desvio de 14 metros que nos permite também ganhar um pouco de energia da casa de 233 megawatts, por meio de 6 turbinas do tipo bulbo, enquanto, em Belo Monte,



vamos ter 18, todas elas do tamanho basicamente das de Itaipu. Temos em Belo Monte, na Casa de Força Principal, 11 mil megawatts; em Pimental, 233. É uma quantidade de energia significativa, mas, perto de Belo Monte, ela fica bem irrisória. As datas de geração máxima: 16 de fevereiro de 2015. Essa obra vai ser concluída em 2019. Nós temos volumes aqui, Sra. Presidenta, Sra. Relatora e Srs. Deputados, que deixam orgulhoso qualquer brasileiro no que tange à complexidade dessa obra.

Deixo aqui, já de antemão, um convite para que vocês possam visitar essa obra. Acho interessante vocês conferirem *in loco* o que vamos apresentar aqui para vocês. A Licença de Instalação/Prévia foi emitida em fevereiro de 2010; e a L.I. de Canteiro, para dar início às obras, em junho de 2011. Nós vamos, provavelmente, comentar a respeito da famosa DUP, que é a Declaração de Utilidade Pública, que foi emitida pela ANEEL. Ela só passou a vigor a partir de janeiro de 2012, quando foi publicada no Diário Oficial; é uma data importante. No dia 26 de agosto de 2010, foi assinado o contrato de concessão.

Nós temos como principal contratado o Consórcio Construtor Belo Monte, que é o chamado CCBM, composto por dez empresas construtoras. No entanto, nós temos em andamento hoje, de obras, 174 contratos; o CCBM é um deles, claro, o de maior monta e de maior complexidade também.

Não sei se está dando para ver aí ao fundo, mas nós temos nessa obra 4 sítios de trabalho: um é o chamado Sítio Belo Vista, que concentra as atividades referentes aos diques de contenção, que formarão o reservatório intermediário; nós temos o Sítio Belo, que é onde temos a Casa de Força Principal; temos o Sítio Canal, que por si só é uma obra gigantesca. Estamos falando de um canal de largura média de 260 metros, com altura da casa de 25 a 30 metros e extensão que chega a 20 quilômetros. O volume desse canal não deixa nada a desejar ao Canal do Panamá, sendo que lá eles gastaram 183 anos, e aqui nós vamos fazer em 3.

O Sítio Pimental é o mais próximo da volta grande do Rio Xingu. E uma coisa interessante: o Rio Amazonas, em cerca de 3 mil quilômetros, tem um desnível de 70 metros, até porque o fluxo dele foi invertido. Vocês devem saber que, quando houve o surgimento da Cordilheira dos Andes, o Amazonas, que corria para o Pacífico, passou a correr para o Atlântico. Esse desnível é pequeno, apesar da



extensão. O Rio Xingu, em 140 quilômetros, tem um desnível da casa de 90 metros. É esse desnível que nós aproveitamos.

O Sítio Pimental é composto por várias ilhas, uma delas é a Ilha Marciana, onde de vocês vão poder presenciar, se forem nos dar a honra da visita, o canteiro industrial de britagem, a central de concreto, etc. Nós temos um projeto básico ambiental que nos exige a implantação de 114 programas ambientais. Dentre eles, nós temos que ter as medidas de controle, as compensações e a potencialização dos efeitos positivos. Temos projetos de caráter socioeconômico (escola, postos de saúde); temos de caráter fundiário (remanejamento), e nós temos também físico-biótico; se vocês forem, vão presenciar o resgate de 100% de todas as orquídeas da área limítrofe da obra. É um orquidário maravilhoso.

E também temos uma base de resgate da fauna, porque, por mais cuidado que se tenha durante o corte de uma árvore, pode haver um ninho de passarinho que está lá a 20 ou 30 metros de altura. Esses espécimes são resgatados, são tratados e depois libertados. É um projeto muito interessante. As quantias falam por si só: cerca de 3 bilhões, e já foram aplicados, até o momento, um terço desse valor. Na parte de educação ambiental, nós temos, dentre esses 9.500 participantes dos 5 principais Municípios, uma interação muito grande com toda essa comunidade e com todas as organizações não governamentais, que estão sempre nos auxiliando.

Eu gosto de dizer isso porque, quando pegam no pé da gente, é bom, porque a gente se aprimora. Estamos sempre tentando fazer o melhor possível. É uma obrigação da Norte Energia atender e mitigar todo impacto. Queira ou não queira, uma obra desse porte causa um impacto na região. Hoje, nós temos avaliações de que esses impactos são positivos, em termos de emprego, de renda, de vários aspectos socioambientais.

Muito bem, podemos ir; não quero perder o prazo que a Presidenta me deu.

Nós temos programas de recomposição de atividades produtivas rurais, onde estamos dando àquele pessoal conhecimento, equipamentos. Porque, quando nós chegamos lá, acho que talvez provocado pela Transamazônica, não existe mais selva Transamazônica ali. Num raio de 300 quilômetros de onde a gente estava, você não se vê nada, só se vê pasto. Então, se desmatou, e a terra está lá, ociosa. Então, é essa terra que estamos tentando tornar mais produtiva, e é uma terra boa.



Vocês sabem que o Estado do Pará, hoje, está praticamente liderando a produção do cacau, até porque lá não tem aquela praga da vassoura de bruxa, como eles chamam. Há uma cidade próxima, que se chama Medicilândia, que produz um cacau melhor do que o de Copenhague, podem ter certeza, tipo exportação. Nós, até agora, na Páscoa, os contratamos para nos darem ovos de Páscoa. É um teor de cacau fantástico, muito gostoso.

Em termos de infraestrutura, saúde e educação, educação dá muito orgulho. Se vocês forem lá, vão ver várias e várias escolas. E dá satisfação a gente ver aquela menina correndo numa escola limpa, pintada, bem adequada em termos ortopédicos, com quadra de esportes. A gente tem gosto de ver isso lá. E fizemos muitas escolas.

Uma das cidades aqui, por exemplo, Brasil Novo, depois de 80 anos, teve sua capacidade de sala de aula dobrada em 14 meses, dobrada. E eles falam isso com boca cheia: estão todas as crianças na escola; com assistência médica e odontológica nas escolas. Nós temos orgulho de participar dessa ação.

Na parte de saúde, nós temos os postos de saúde. Estamos construindo hospitais, inclusive em Altamira: são 100 leitos, é Hospital do Mutirão. Temos várias e várias interveniências nessa área de saúde e educação.

Nós temos, entre essas obras, eu destaco, toda a rede de água e rede de esgoto de Altamira, que nunca teve isso na vida, a todo o perímetro urbano. Para Vitória do Xingu também; Belo Monte; Belo Monte do Pontal, todas essas cidades hoje abrem a torneira e têm água tratada, recolhimento do esgoto, aterro sanitário, tudo isso.

Aqui vocês têm uma demonstração da estrutura dos Municípios, como era a Escola Duque de Caxias, em Vitória do Xingu, e como ela ficou depois da interseção da Norte Energia: toda aparelhada; com cadeiras; com sistema de projeção; escola de Primeiro Mundo; quadras de esportes e tudo. Eu acho que está longe e não sei se está dando para vocês verem. Esta é a Escola Maria das Dores, lá no Município de Anapu, e como ela ficou.

E assim vamos em todos os Municípios — são 11 Municípios atendidos pela Norte Energia—, onde nós temos unidades básicas de saúde, mais escolas, a parte



de saneamento. Aqui vocês veem os laboratórios que são feitos nas escolas, para atendimento e pesquisa dos alunos.

Na parte de valorização do patrimônio, além de todo o resgate arqueológico de 100% da área — e temos encontrado muitos artefatos indígenas, que estão sendo guardados e pesquisados, o IPHAN nos assessora nisso —, nós temos casas de cultura, fazemos apoio aos seringueiros, s garimpeiros, pescadores. Lá tem um peixe que é típico daquela região, que é o acari-zebra, que tem toda uma técnica para ser apanhado. Na verdade, ele tem um tipo um chifrezinho que, se quebrar, não vale nada; mas, com aquele chifre, tem peixe que eles vendem a 800 reais o espécime.

Nós temos, na região também, um multidisciplinar de órgãos, inclusive do próprio Governo Federal, o PDRS Xingu.

A Norte Energia tem um compromisso de investir 500 milhões de reais para poder ajudar. Esses projetos são eleitos pelos próprios componentes do PDRS, que priorizam, em cada Município, o que fazer. Cabe à Norte Energia um voto em mais de 70, e aportar o recurso. E o Governo usa esse recurso para alavancar o desenvolvimento da região também, com o Luz para Todos, com o asfaltamento de estradas e tudo. Muito bem, essa é mais ou menos a função do PDRS Xingu.

Algumas outras ajudas: nós compramos os caminhões para recolhimento de lixo, que não havia nos Municípios. Este, no caso, é de Medicilândia, junto com o aterro sanitário.

Nós ajudamos a equipar a Polícia Militar do Estado, entregando veículos para a segurança pública. Nós temos um convênio de 100 milhões de reais com o Governo do Estado do Pará para isso. Nós temos o Veículo Xingu Sustentável, do PDRS. Temos ambulanchas, que são lanchas que funcionam como ambulância, para dar assistência ao povo ribeirinho. E já tivemos a oportunidade de evitar três mortes. Isso, para nós, já é gratificante: são pessoas que não tinham a menor condição de chegar a tempo a Altamira e, com a ambulancha, chegaram vivas.

As obras do entorno são as obras que eu comentei aqui há pouco. Fora da usina, vocês vão ver remediação de lixo; pavimentação; sistema de drenagens pluviais; sistema de esgotamentos; sistema de abastecimento de água; hospitais;



postos de saúde; uma gama de obras que hoje montam mais de cento e poucas obras.

Nessa parte de obra do entorno, a Norte Energia já contratou cerca de 520 milhões de reais, dos quais 127 já estão realizados. Temos um saldo contratual aí nessa faixa.

Escola Odila de Souza, em Altamira; Posto de Saúde Cidade Nova, em Brasil Novo; Posto de Saúde Vila Moça Bonita, em Pacajá.

Nós temos obras a 700 quilômetros da usina. E, como vocês sabem, o Município de Altamira, acho, é o segundo maior do mundo, só perde para um, na Groenlândia, onde é gelo puro. E é um Município enorme, tem quase mil quilômetros de extensão. Então, nós estamos a 700 quilômetros, fazendo obra para o Município de Altamira.

Escola Dulcinéia, em Vitória do Xingu; Escola Edson Burlamaqui, em Altamira; e ali é uma casa de apoio ao migrante, em Vitória do Xingu.

Eu passei 1 minuto, Presidenta, desculpe.

Muito obrigado. E me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Agradeço ao Sr. Antônio Elias Filho.

Passo agora a palavra ao Sr. Antonio Carlos Oliveira, por igual período de 15 minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA** - Sra. Presidente, Sra. Relatora, nobres Deputados, como o Antônio Elias já informou, o CCBM é uma das empresas contratadas pela Norte Energia. E o que nós vamos apresentar aqui para vocês é o que o CCBM faz para o seu trabalho, para a sua força de trabalho.

Então, vamos começar apresentando quantos trabalhadores têm hoje na região.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Temos hoje 22 mil trabalhadores já trabalhando no Consórcio Belo Monte: 17 mil ligados diretamente ao consórcio; e 5 mil nas suas subcontratadas. Desses 22 mil, nós temos 12% que são mulheres, que atuam nas diversas atividades, dirigindo



caminhões. Vocês vão ver aqui depois; no final, se tiver tempo, vou disponibilizar um vídeo de 5 minutos, onde vocês vão poder observar mulheres dirigindo caminhões de grande tonelage, de 80 toneladas de transporte; pilotando equipamentos de grande porte; e atuando como carpinteiros, pedreiros, eletricitas, nas mais diversas atividades do consórcio.

Hoje 69% dos funcionários são moradores do Pará. Isso traz para a região, como pode ser constatado, pode ser verificado, que estamos em pleno emprego na região. Nós estamos buscando novos funcionários em outras regiões do País.

Desde o início do projeto, nós temos compartilhado com os órgãos fiscalizadores. Eles nos visitam e nos fiscalizam constantemente. Então, Ministério Público, IBAMA, FUNAI, Defensoria Pública do Pará, Ministério do Trabalho e Emprego, Procuradoria-Geral do Estado e Secretaria de Fazenda e de Meio Ambiente dos Estados e dos Municípios, desde o início, estão constantemente no projeto, trabalhando e fiscalizando a obra. Também temos o apoio de órgãos como Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e outros órgãos da região, que nos apoiam no projeto.

Os principais programas envolvidos no CCBM, acho que é importante nós colocarmos para vocês. Um deles é a capacitação profissional, que visa não só formar a mão de obra para o CCBM, como para a região. Esse programa tem cinco subprogramas: noções de cidadania; capacitar para liderar; o capacitar inicial, que engloba os jovens de 15 a 18 anos, preparando-os para o trabalho; alfabetizar trabalhando, melhorando a capacidade profissional dos nossos trabalhadores; a inclusão digital.

No ano passado, nós formamos 5.400 profissionais, dos quais, 40% estão no CCBM; os outros 60% foram aproveitados nas demais obras na região. Então, o trabalhador que passa pelo Capacitar não é obrigado a trabalhar no CCBM, ele tem a livre escolha: vai para o CCBM ou vai trabalhar nos projetos existentes na região. Até 2019, serão 30 mil formados na região do Médio Xingu.

Quais são os cursos disponibilizados aos moradores da região? São 21 cursos em 21 áreas, desde armador, operador de escavadeira, até operador de trator agrícola, trator de esteira, retroescavadeira. Todos esses cursos são ministrados e disponibilizados para a população da região. Esses cursos, é



importante dizer, são feitos em Altamira e também são realizados nos Municípios. Nós vamos até o Município realizar os cursos.

O programa de qualidade de vida — como foi dito, os trabalhadores estão alojados, estão fora da sua região, mas vocês viram ali que 70% são da própria região do Pará — está pautado em três pilares muito fortes: saúde; educação e cultura; e lazer.

Na área da saúde, em todos os canteiros que foram apresentados, nós temos os Centros de Atendimento ao Trabalhador, chamados de CATs. Eles funcionam em todas as frentes de trabalho e oferecem diferentes atendimentos para um local único. Quer dizer, para o trabalhador, isso facilita a vida dele. Ele vai num ponto só e tem todo o atendimento de que ele precisa. Além da saúde, outros atendimentos de RH, de fisioterapia, bancos, tudo está num local só. E os CATs funcionam 24 horas.

Outro pilar importante é a parte de educação e cultura. Nós temos alfabetização no canteiro; ensino médio; ensino fundamental em parceria com o SESI; ensino a distância; inclusão digital. A FGV — Fundação Getúlio Vargas acabou de fechar conosco um convênio, e, já no dia 19 de abril, estamos iniciando o MBA em Gestão de Projetos. E eles estão disponibilizando outros cursos de especialização, a serem realizados no próprio canteiro.

Na área de cultura, tem cinema, tem teatro. Esse teatro é realizado tanto por equipes da cidade e da região, quanto pelos próprios trabalhadores. E temos agora um projeto de trazer os familiares também, para participarem junto conosco desses programas de cultura. E há *shows* para entretenimento do trabalhador.

Estamos em negociações já avançadas para implantação de cursos técnicos, oficinas e outras ações de cunho educacional. Ainda dentro da área de esporte e lazer, é importante destacar que nós temos os blocos. Dentro daquela enormidade que vocês viram, cada sítio daqueles, há os blocos de recreação e lazer, onde tem sala de TV, sala de jogos, xadrez, dama e dominó.

Há também o bloco esportivo, que são as salas de artes marciais. Nós aí damos uma prioridade para judô e caratê. Há professores especializados para treinar nossos funcionários. O judô e o caratê, mais pelo caráter disciplinar, não o caráter de luta nem defesa, o caráter disciplinar que essas duas modalidades de



artes marciais propiciam a quem as pratica. Há academia de ginástica também e há vários entretenimentos para o funcionário.

Aqui são algumas fotos para vocês verificarem como que isso está disponibilizado aos empregados. Ainda há o bloco de serviços, que nós chamamos de bloco de serviços: centro ecumênico, correio, barbearia, salão de beleza, lanchonete, praça. Quer dizer, é uma minicidade disponibilizada para os funcionários que estão ali alojados.

Há o bloco da Caixa Econômica Federal, que foi inaugurado recentemente. Então, dentro do canteiro agora, já temos o banco, naquela distância, como se fala. Quantos quilômetros? A 600 quilômetros de Belém, hoje nós temos os postinhos: o cara vai lá e saca seu dinheiro, transfere o dinheiro para a família, o que lhe dá mais tranquilidade para executar seu trabalho.

E há o bloco comercial: farmácia, minimercado, lavanderia, bazar e sorveteria. Tudo isso dentro do sítio.

Destacamos aqui alguns programas direcionados exclusivamente a prevenção e abuso da exploração sexual. Então, esses programas, que o CCBM já desenvolve há mais de ano, são programas que nós chamamos de PGOI — Programa Grandes Obras pela Infância. Esses são alguns *banners* do programa, alguns cartazes do programa: “*Sempre ali; Todos juntos pela Proteção da Infância; Denuncie; e Ligue 100*”.

Isso já é feito há mais de ano, dentro do consórcio, para sua equipe, para seus funcionários e subcontratados. Mas também há uma parte dessa ação que é feita junto à comunidade, junto aos pais, para poder também conscientizar os pais, para que eles possam preservar seus filhos. Então, essas são atividades feitas dentro e fora do consórcio.

Esta é uma foto em que mostramos uma das nossas profissionais da área de responsabilidade social indo até o campo e fazendo o treinamento e a conscientização dos nossos funcionários. Como esse programa é um programa de conscientização, não é com uma palestra que você resolve conscientizar. Então, a cada 3 meses, nós revisitamos toda a força de trabalho. É aquele trabalho de formiguinha, reúne dez em dez, dez em dez, e vamos replicando, falando com eles do problema e chamando todos eles à responsabilidade quanto ao programa.



Quando eles participam, recebem uma cartilha como esta aqui. Esta é a capa da cartilha. E dentro da cartilha, há uma pergunta muito clara, perguntando a eles: *“Você sabia que no Brasil há uma lei que trata somente dos direitos das crianças e dos adolescentes?”*. Então, nós os esclarecemos sobre isso. Muitos deles desconhecem. Então, nós os orientamos quanto a isso.

E chamamos especificamente a atenção, ali, com letras maiores, sobre a exploração sexual de criança e adolescente. É uma grave violação aos direitos das crianças e dos adolescentes. Por que eles devem denunciar? Por que devem usar o Ligue 100? Porque o nosso papel, como adultos, é proteger todas as crianças e adolescentes, mesmo que eles não façam parte da nossa família.

Diz o seguinte:

*“Praticar sexo com crianças e adolescentes é crime. Devemos ajudar a combater esse tipo de violência e evitar que outras crianças e adolescentes sejam violados ou explorados. Para prevenir e combater esse problema, é necessária a ajuda de todos. Denunciar é simples. A ligação é gratuita e você não precisa se identificar.”*

Esse é um trabalho que nós já estamos fazendo há mais de ano, no CCBM.

O programa de integração que nós chamamos é o seguinte: quando o candidato chega para ser funcionário do CCBM ou de uma das subcontratadas, ele passa por 2 dias de integração conosco, quando falamos sobre vários assuntos, segurança. Um dos assuntos abordados é esse assunto também. Depois da integração, ele recebe esse guia de comportamento, onde ele tem que assinar o recebimento, o compromisso dele com esse guia. E isso vai para sua ficha de prontuário de empregado.

Dentro desse guia, na página 7, nós comentamos e colocamos para ele como ele deve se comportar com relação às comunidades, respeitar as comunidades vizinhas, seus costumes e suas propriedades. *“Coloque-se no lugar do outro sempre, e tenha em mente que devemos nos integrar à comunidade de maneira adequada.”*

Esse é um código de conduta dos nossos funcionários.



E na página 8, reiteramos:

*“Cuide das nossas crianças e adolescentes, ficando atento. Abuso e exploração sexual de menores, além de destruir a infância, é crime.”*

Então, tem lá no programa PGOI, tem na integração.

Na área de segurança, nós temos um programa chamado Registro de Incidentes, onde há uma urna. Também no Registro de Incidentes, ele pode fazer qualquer tipo de denúncia e manifestação. Então, é mais um canal para os funcionários se manifestarem.

Temos também a SA 8000, a parte de responsabilidade social, na qual o CCBM assume esse compromisso. Essa semana da SA 8000 é realizada anualmente, como é a SIPAT com relação à segurança. E, na semana de 18 a 23 de março, ela foi realizada em todo o CCBM. Nós aproveitamos essa semana para reafirmar com todos os trabalhadores o compromisso do CCBM para com a responsabilidade de preservação da criança e adolescente.

Essas são algumas fotos do evento. Todos os que foram realizados.

Com relação à saúde, voltando a falar um pouco, nós temos um programa de controle de saúde do trabalhador, tanto durante suas atividades, porque o objetivo do CCBM é contratar um trabalhador e devolvê-lo à comunidade, se possível, melhor do que quando ele chegou. E para isso, nós temos que monitorá-lo.

Também temos o programa de controle de endemias com relação a dengue, malária, doenças sexualmente transmissíveis. Esses programas são trabalhados junto com a Secretaria de Saúde do Estado e junto com o Ministério da Saúde. E há um programa que nós desenvolvemos com relação ao alcoolismo e com relação à prevenção de drogas.

Programa de educação ambiental. Dentro do programa da Norte Energia, temos uma parte que é realizar uma parte disso, junto com as crianças da comunidade e junto com os adultos também. Aqui um exemplo com relação ao Batalhão 51BIS, Batalhão da Selva de Altamira.

Esta é uma cartilha, onde nós focalizamos o meio ambiente e a obra como uma construção sustentável. Importante, como nós falamos, para você levar isso ao trabalhador — não dá para se levar somente em uma palestra —, nós também



preparamos os encarregados, aqueles líderes de 15, 10, 12 pessoas. E, nesse manual do encarregado, onde ele é preparado durante 180 horas, também há um item na página 40, que fala sobre a exploração sexual e destacando o Disque-Denúncia.

Também no ano passado, em novembro, nós implementamos a Ouvidoria CCBM, onde nós disponibilizamos tanto para os moradores da região quanto para os funcionários, o 0800 para denúncia, pode ser feito de celular, gratuitamente; e também o *e-mail* Ouvidoria CCBM Consórcio Belo Monte. E, para garantir a imparcialidade, esses dois canais são gerenciados por uma empresa terceira.

Era isso, nobre Relator.

Eu queria só passar o vídeo agora. São 3 minutos, está dentro do tempo?  
(Pausa.)

O vídeo nada mais é do que a evidência objetiva daquilo que a gente apresentou aqui, do que acontece.

(Exibição de vídeo.)

Senhores, era isso o que nós tínhamos a acrescentar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu passo a palavra para a Relatora, para que ela possa fazer os seus questionamentos e as suas observações.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Lilliam Sá) - Muito boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente desta sessão, boa tarde às Deputadas presentes, aos nossos convidados nesta tarde, a todos os assessores, à mídia, enfim.

Está tudo muito bonito, muito bacana, e as coisas, da maneira como vocês apresentaram para a gente, eu sei que vocês estão fazendo o melhor. Mas a realidade não é essa que nós estamos vendo aí. Se não fosse assim, em Altamira, não teriam aumentado tanto os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Segundo uma pesquisa que nós recebemos aqui, do Projeto Girassol, que entregou um relatório da real situação das crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade, devido à grande imigração de pessoas, principalmente do sexo masculino, isso tem contribuído com o aumento da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, por causa do desordenamento, do crescimento desordenado da cidade.



Há um déficit significativo, segundo a pesquisa, habitacional. Também condições precárias de saneamento básico, abastecimento de água, transporte e educação.

Segundo a pesquisa, os impactos socioambientais decorrentes da construção das usinas hidrelétricas podem estar contribuindo significativamente para o aumento da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Segundo a pesquisa, de 2010 a 2011, há ocorrências de que teve quase mais de 100% de casos denunciados.

E, segundo também a pesquisa, mostrando que, por mês, em 12 meses, no período das férias é que aumentam mais as denúncias de casos de violência e abuso sexual de crianças e adolescente. E as vítimas de 7 a 12 anos cresceram 35%; e de 13 a 17 anos, 46,4%.

Segundo, não há uma fiscalização dessas obras. E Altamira, que fica ali entre esses 11 Municípios, é a mais atingida, como falei antes.

A minha pergunta é ao Sr. Antônio Elias Filho, Diretor da construção. Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens, os crimes sexuais, de que já falei, aumentaram 18,5% nas 11 cidades; e, de 2010 a 2011, a população da cidade também aumentou significativamente, passando de 99 mil para 145 mil habitantes. Eu gostaria de saber quantos funcionários estão trabalhando na Usina de Belo Monte; se houve algum planejamento dessas obras de infraestrutura; e financiamento dos projetos para evitar essa situação de risco para as crianças e adolescentes.

O senhor está falando que fez aí uma campanha e tudo, mas eu gostaria de saber se há, nos seus contratos, uma cláusula que diz que abuso de crianças e adolescentes é crime e que esses contratos tenham todas as cláusulas voltadas para o Estatuto da Criança e do Adolescente — os contratos sociais que vocês fazem com as empresas? Como é que estão as famílias desses funcionários? Esses funcionários ficam quanto tempo naquele local sem ver a família? Isso é muito importante para saber o aumento da exploração sexual. Vocês têm o número de quantos são casados, se trouxeram as famílias e os solteiros nessas áreas? Outra pergunta: quais as providências que vocês tomaram depois desse caso que virou um escândalo nacional?



O Sr. Antônio Carlos, que é o executor da obra... O consórcio realizou algum tipo de campanha? O senhor já falou de palestras para os funcionários para prevenir a exploração sexual infantil e outros tipos de violência. Mas, pelo que nós temos visto, há denúncias de que até engenheiros que são responsáveis pelas obras frequentavam a boate que foi fechada pela polícia. O senhor disse, na CPI do Tráfico de Pessoas, que a boate onde foram encontradas uma adolescente e 12 mulheres que viviam em cárcere privado não estava dentro do canteiro de obras, mas, segundo relato dos Deputados que estiveram lá e das autoridades do local, para chegar a esse prostíbulo teriam que passar por duas guaritas da empresa. Eu queria que o senhor explicasse isso, porque não ficou bem claro quando o senhor relatou esse fato na outra CPI. O consórcio não deveria fiscalizar melhor o que acontece no seu entorno para evitar esse tipo de coisa?

Então, essas são as minhas considerações, por enquanto.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Podem responder.

**O SR. ANTÔNIO ELIAS FILHO** - Sra. Relatora, Deputada Liliam, eu gostaria de saber se é possível a senhora franquear essa pesquisa cujos dados a senhora nos disse, porque nós não temos conhecimento desses dados. Com relação a *déficit* habitacional, o que eu posso lhe garantir, se a senhora for à obra a senhora vai comprovar, nós temos capacidade de alojamento..., entre solteiros e casados, nós vamos dispor, na obra, de cerca de 25 mil funcionários.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Dá para o senhor repetir, porque está muito baixo. Eu já pedi para aumentar o seu som.

**O SR. ANTÔNIO ELIAS FILHO** - Está bem. Obrigado. A senhora está ouvindo bem agora?

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Está melhor. Obrigada.

**O SR. ANTÔNIO ELIAS FILHO** - Eu pedi...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - A capacidade de 25 mil...

**O SR. ANTÔNIO ELIAS FILHO** - Primeiro, saber se a senhora poderia nos franquear essa pesquisa...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Com certeza.



**O SR. ANTÔNIO ELIAS FILHO** - ...porque ela nos ajuda a ter dados, porque os dados que nós temos não coincidem com esses. Com relação ao saneamento básico, na realidade, a cidade de Altamira, desde a época em que a Princesa Isabel esteve lá e deu esse nome à cidade, não tem rede de água e esgoto. Nós estamos instalados lá desde o final de 2011 e temos como obrigação imposta pelo PBA fazer toda a rede de água e esgoto da cidade. Estamos fazendo isso. A parte de *déficit* habitacional, eu acredito que haja mesmo. Nós vamos, inclusive, construir 4.100 moradias no padrão Minha Casa, Minha Vida para tirar as pessoas que hoje vivem em palafitas. Eu não sei se a senhora tem essas fotografias, mas, se for de interesse desta CPI, podemos franquear esses dados também, onde há uma realidade muito cruel. A gente entra numa casa de madeirite, que fica em cima do rio ou do igarapé, de 3 por 4,5, onde tem dois quartos, cozinha, banheiro, sala, onde dormem de 7 a 8 pessoas... É uma tristeza. Com relação ao aumento de 100% dos casos de violência de 2010 para 2011 e abuso de adolescentes, eu gostaria de saber, porque nós estamos sempre em contato com os órgãos de segurança pública, a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Força Nacional, para justamente tentar mitigar ou eliminar isso. É um absurdo se isso está acontecendo. Nós não temos conhecimento disso.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E o Conselho Tutelar? Vocês também têm esse relacionamento com o Conselho Tutelar da área?

**O SR. ANTÔNIO ELIAS FILHO** - Não temos não, senhora. Não temos não.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - O Conselho Tutelar tem esses dados.

**O SR. ANTÔNIO ELIAS FILHO** - Ah, muito bem. A senhora perguntou quantos funcionários... Já foi dito aqui. Hoje nós temos cerca de 22 mil funcionários na obra, dos quais 17 mil são do quadro próprio do consórcio construtor e 5 mil são de empresas terceirizadas que prestam serviços para eles. Se no nosso contrato consta que abuso é crime? Ele não só consta como nós estamos obrigados a atender "n" convenções, até a do Equador. Então, a senhora pode ficar tranquila, até porque o BNDES, a própria Caixa Econômica Federal, que está aí no processo de financiamento, fazem exigências brutais. Isso só nos ajuda a cada vez trabalhar melhor. O funcionário vê a família? A senhora perguntou. Hoje essa periodicidade é de 3 meses. Ela era de 6; hoje ela está em 3 meses. Isso não o impede de ir num



período maior ou menor. É ele que vai eleger, mas a quantidade de funcionários solteiros hoje se sobressai em relação aos casados. Isso é importante, é um dado importante. Providências depois do caso em questão..., a senhora perguntou. A senhora comprovou na apresentação que há cerca de mais de 1 ano, para ser exato são 14 meses, nós estamos fazendo esse trabalho de formiguinha com relação a abuso de criança e adolescente junto a todos os funcionários. Estamos antenados a tudo isso. Nós, infelizmente, não temos como controlar essa menor que foi aprisionada — na verdade, foi escravizada e aprisionada numa truculência que machuca a gente. Ela veio de fora do Estado, num regime que parece até tutelado — em cada parada dela ela recebia dinheiro para dar um passo à frente, uma coisa de profissional, uma coisa absurda, de mafioso mesmo. Para que a senhora tenha uma ideia, há uma comunidade lá que se chama Vila Santo Antônio — nem faz jus ao nome, porque Santo Antônio é um santo de que todo mundo gosta. Nós denunciemos a ocorrência de um prostíbulo nessa vila, que fica próxima à Transamazônica, porque, primeiro, você acaba tendo problemas com seus funcionários, porque ele vai para lá e ali, além da atividade que se desenvolve, acaba sendo um foco de drogas, de marginais. Então, nós somos os primeiros a não querer nada disso perto da gente. Infelizmente, nós não temos poder de polícia. Cabe-nos alertar as autoridades, e foi o que nós fizemos. Eu acho que eu respondi tudo; se estiver faltando alguma coisa, eu estou as suas ordens.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mas, nesse caso de haver engenheiros responsáveis pelas obras que frequentam essa boate, o senhor sabe de casos assim? O senhor tem noção disso e o que os senhores fizeram em relação a isso? É isso que eu quero saber, porque foi denunciado. Eu quero saber que tipo de providências vocês tomaram, porque a jovem relatou aqui que eram engenheiros, e isso é muito grave.

**O SR. ANTÔNIO ELIAS FILHO** - É gravíssimo. O que eu posso dizer à senhora é o seguinte: eu já presenciei isso. Em Altamira temos alguns restaurantes, alguns bares — para quem conhece, tem um mais palatável lá que se chama Fundo de Quintal, muito gostoso, um tira-gosto gostoso, uma cervejinha, tem música ao vivo, e uma garçonete falou que estava namorando um gerente da obra. Não era nada. Ele não era nem carpinteiro. Eles se apresentam como gerente, como



engenheiro, como diretor, como encarregado. Então, a gente não tem controle sobre essas coisas. Até na época em que foi feito lá o flagrante foi comprovado que não tinha ninguém, nem do CCBM, nem das empresas que prestam serviço a eles, nem das obras do entorno, ninguém; só moradores locais. Então, a pessoa vai e fala o que quer. Eu não tenho essa comprovação. Se nós tivermos os nomes, eu poderia comprovar para a senhora se é engenheiro ou gerente. Agora, independente disso, nos canteiros de obra, rotineiramente, é feita essa palestra de conscientização a todos.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E vocês fazem a fiscalização no entorno das obras? Há uma fiscalização para vocês saberem como está acontecendo, o que tem ali no entorno da obra?

**O SR. ANTÔNIO ELIAS FILHO** - Nós somos responsáveis por fiscalizar todas as áreas ocupadas. No contrato do próprio CCBM consta que ele é responsável pela segurança do trabalho e patrimonial, porque, uma vez que a Norte Energia compra, através da DUP ou não, uma terra, seja ela para certificar um alojamento ou para a construção da usina, ou para fornecimento de matéria prima, aquela área está sob a responsabilidade da Norte Energia, que, por contrato, o CCBM tem a vigilância privada. Quando há um tumulto que foge da capacidade de coordenação dessa vigilância, aí, sim, como qualquer cidadão, nós chamamos a polícia. A polícia vai, às vezes demora, mas nos acode.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Passo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Erika, nossa Presidente, Deputada Liliam, nossa Relatora, eu não acompanhei a audiência de manhã, mesmo sendo da CPI do Tráfico de Pessoas, em função de outras agendas na Casa, mas me chamou muito a atenção quando os senhores colocam, em especial, o bloco dos setores da saúde. Nós sabemos o que é uma cidade passar a ter uma região com mais de 25 mil habitantes, na sua grande maioria homens da região e de outras regiões do País. Todo o impacto de uma grande obra, exatamente como a Deputada Erika colocou no início, traz danos a uma sociedade, em especial danos que não se recuperam com aquilo que a gente viu aqui: construção de hospitais, construção de creches, aquisição de viaturas para as polícias.



Eu gostaria de saber se no centro de saúde, que cuida da saúde dos trabalhadores, são notificados os casos de doenças sexualmente transmissíveis, se essa questão é trabalhada. Eu não vi nenhuma citação a esse respeito.

A minha outra pergunta é: todos nós sabemos que a exploração de crianças e adolescentes, em especial a exploração sexual, é crime. Eu não consigo entender ou achar que uma cartilha vai resolver esse problema. Ela é orientativa, mas ela não vai resolver. Por quê? Porque, a poucos quilômetros do espaço físicos da usina, nós tínhamos um prostíbulo, que não era nem uma casa, muito longe de ser aquilo que nós vimos aqui, que os senhores apresentaram como espaço físico dos alojamentos. Quer dizer, as condições de higiene, as condições em que essas mulheres, em especial essa menor, viviam eram condições de cárcere privado, mas sem nenhum tipo de condição de saúde. Como se dará, então, a saúde do conjunto desses trabalhadores? Nós sabemos que as doenças sexualmente transmissíveis não têm cara, não têm rótulo. Há um número de gravidezes indesejadas ou de abortos que passam a acontecer em função da falta de cuidado, da falta até de proteção, acredito eu, pelas características que a gente sabe que havia nesse prostíbulo.

Então, acho que nós precisamos ir muito além da questão da cartilha, da orientação, tanto o poder público local, mas, em especial, as empresas que estão tocando a usina, com a responsabilidade desta gama de homens, com 12% de mulheres. Ela precisa, efetivamente, de uma ação mais forte, mais contundente, com relação ao acompanhamento, mesmo não sendo de responsabilidade, vamos dizer assim, trabalhista a questão que acontece fora dos seus muros, mas é de responsabilidade desse grande empreendimento. Se nós estivéssemos falando de um pequeno empreendimento de uma cidade onde a vida das pessoas circulasse para vários estabelecimentos, mas nós estamos falando hoje de 22 mil trabalhadores num espaço onde a ida aos seus domicílios, que seja de 90 dias, 30 dias, propicia, muitas vezes, é claro... Muitas vezes, a própria necessidade de cada um os leva a frequentar esse tipo de estabelecimento, mas o olhar — eu queria fazer este apelo aqui — da empresa com relação aos seus trabalhadores na questão da saúde do trabalhador, em especial na saúde do trabalhador com foco nas DSTs...

Eu não sei se vocês fazem o exame de rotina, se vocês fazem os periódicos, mas a responsabilidade desse empreendimento não é apenas a recuperação dos



danos ambientais, a compensação dessa megaestrutura que está sendo colocada com outros equipamentos públicos, mas tem uma sociedade por trás, uma sociedade fragilizada. Normalmente, é uma sociedade e uma população menos favorecida, que, até em algum determinado momento, pode ver como expectativa ou uma possibilidade de melhorar a sua condição de vida, tendo pessoas de outras regiões, pessoas na empresa de vários níveis sociais. Não me admira que eles ou elas digam que é engenheiro, diretor ou o que é. Isso também não os exclui da possibilidade de estarem frequentando. Não é o nível de chão da empresa ou o nível mais alto, porque a gente sabe que isso pode acontecer em todos os níveis. Eu acredito, sim... Não consigo entender que a empresa como um todo, que está à frente dos trabalhos da construção, tanto a construtora Norte Energia quanto o consórcio também são responsáveis, sim, para o acompanhamento do que acontece no entorno, porque não é impossível se saber onde tem uma casa de festa ou o que acontece nos fundos de um *show* ou o que se possa ter num espaço físico onde serve apenas um salgadinho ou um aperitivo no final da tarde.

Então, eu queria pedir, sim, que, a partir destas denúncias, houvesse outro olhar para além do espaço de onde está sendo construído, o espaço de uma coisa que é social, o espaço de uma coisa em que o dano que pode ter causado nessa menor ou nessas mulheres que viveram dessa forma vai muito além apenas do dano psicológico. Elas podem estar com danos na sua saúde, na sua integridade de saúde, que talvez seja irreparável. Então, a cartilha ajuda, mas não é, senhores, suficiente se os senhores, junto com o poder público, não ampliarem a fiscalização e não punirem efetivamente se algum servidor da empresa ou algum trabalhador ou algum dirigente da empresa estiver envolvido em algum desses casos, porque é impossível, no meu olhar daqui, à distância, nessa magnitude, não se saber dos fatos. O espaço físico onde isso acontecia nessa boate era muito mais do que deprimente para os dias de hoje. Não dá para eu ver os alojamentos adequados para o pernoite e o repouso dos homens que lá trabalham e a atividade deles extraempresa ser nesse nível de exploração sexual, em especial das nossas crianças e adolescentes.

Então, eu queria pedir se... Não tem mais muito porque a nossa Relatora já pediu. Acho que nós vamos ficar muito mais na mídia do que está sendo construído



lá no empreendimento, na importância, na megaobra. Eu queria ficar mesmo no pontual da vida das pessoas que residem e desses trabalhadores com relação, em especial, à sua saúde.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Deputada Professora Dorinha.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Boa tarde a todos. Eu, na verdade, tanto para a nossa Presidente, quanto para a nossa Relatora, gostaria de deixar claro que essa situação de Belo Monte, na minha visão, se repete. Então, ela acaba sendo pontual, embora pela proporção seja bastante preocupante. Ela vem numa lógica que nós já ouvimos e que acompanha as grandes obras que vêm acontecendo no País. As pessoas que foram presas nessa situação, nesse evento de Belo Monte são conhecidas, já foram autuadas em outras situações, vêm acompanhando as obras. Por isso eu digo que lá existe uma provocação que é estrutural. É preciso mexer na organização, que vem dando condição para que, junto com as grandes obras, caminhe uma estrutura paralela que aconteceu, e acontece, nas obras de grande porte, quer seja usina, quer seja construção de pontes, de estradas, por quê? O que a gente percebe é, primeiro, uma ausência total, negligência e cumplicidade do poder público em suas diferentes estruturas de segurança e poder (municipal, estadual e federal).

Lendo os materiais, principalmente da CPI do Tráfico de Pessoas, a gente observa que a estrutura da própria Polícia Federal encolheu na região; o próprio Ministro assume isso; o que é absurdo.

Então, nós ouvimos aqui da Presidente do Conselho Tutelar que, na inauguração e na festa na boate, havia autoridades, delegados e outras pessoas participando. Dizer que não sabia do que se tratava a boate, acho que isso também já caiu por terra. A gente tem faixas nas portas da tal boate, dizendo que teria *strip*, que tinha garotas de fino trato. Ou seja, estava muito claro que lá não é um lugar de comer tira-gosto e outras coisas. Lá era um lugar que tinha a clareza da sua organização. Os quartos com chave de fora, ou seja, quem estava lá dentro não podia sair. Ela era colocada e confinada para exploração. Eu acho que os acordos de compensação que foram aqui apresentados, não estou dizendo que a empresa não os cumpriu, ao contrário, e isso na verdade me deixa muito preocupada, porque



eu acompanhei vários acordos de compensação no meu Estado; e as Prefeituras, pelo nível de carência, muitas vezes, fazem vista grossa a tudo, porque são situações de negligência da própria estrutura pública em que elas ficam maravilhadas por ter talvez, pela primeira vez, uma creche construída, por ter uma praça, por ter uma escola, e eu não estou dizendo que a empresa não está fazendo a parte dela, ela está construindo e fazendo a parte dela, só que isso é pouco. Eu acho que não é um esforço só da empresa; é necessário um esforço conjunto, porque não dá para a gente de conta que o problema social que se instala ele não acaba com a construção da obra, porque, infelizmente, algumas práticas que talvez não fossem comuns na região, com a obra, ela se instalam e permanecem mesmo com a saída da obra, com o término da obra, porque se mudam as relações de cultura, as relações de cidadania, as relações de poder naquela localidade.

Então, eu acho que nós chegamos a discutir que, dentro dos processos de licenciamento, deve ficar claro que também compete à empresa, que leva para aquela região um número muito grande de trabalhadores; muitos são pontuais, não são dela. Dependendo do tamanho da obra, ela contrata pessoas com costumes e visões diferentes, mas não dá para dizer que ela não tenha nada com isso, porque não está acontecendo dentro do canteiro de obras. Ela tem conhecimento. Eu não acredito que não tivesse conhecimento, talvez não da dimensão, do tamanho, da seriedade, mas, às vezes, até por habitualmente acontecer em todas as obras, é como se fosse normal e natural.

Na verdade, nós vimos que há mais de 200 rotas internas de tráfico de pessoas, de exploração sexual de adolescentes, de crianças e eu acho que precisa ser enfrentado. Eu queria, na verdade, dizer que eu acho que a gente precisa caminhar para essa questão dos próprios processos de licenciamento e de responsabilização. Eu não acredito que somente é necessário ter campanhas educativas, orientativas e de toda natureza; se não tiver o sistema de responsabilização e punição, nós não vamos conseguir mudar a realidade que está consolidada, há muitos anos, em muitas obras e em várias situações. Coloco que, apesar de responsabilizar, acho que a empresa tem a sua responsabilidade, mas não dá para a gente dizer que... A negligência maior vem do poder público, que tem



a responsabilidade de garantir segurança, funcionamento, o bem-estar dos seus cidadãos.

Então, eu acho que a gente precisa caminhar para essa responsabilização, para deixar muito claro de quem é a responsabilidade, a quem compete o quê, porque, na verdade, quando há ausências de legislação quem acaba pagando o preço é o cidadão mais frágil que não tem ninguém para assegurar o seu direito.

Eu acho que é preciso sair — das duas CPIs que estão trabalhando integradas em alguns pontos — dessa organização de responsabilidade, a quem compete cuidar e garantir. Lógico que muda a lógica da região, porque, em muitas cidades dessas, é triplicado o número de habitantes, a organização, os costumes e, com certeza, algumas são pontuais, embora seja uma obra de um tempo razoável, mas, muitas vezes, não se instala a mudança ali por falta de estrutura do próprio poder público.

Então, gostaria de reforçar o que foi dito pela Deputada e saber se a empresa, a partir dessa situação, procurou, junto com o poder público, encontrar alternativas para mudança. Eu, sinceramente, acho que as palestras, os folhetos são muito pontuais, mas eles não conseguem resolver o problema instalado numa dimensão como está a situação de Belo Monte.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Vou passar para a Deputada Liliam; em seguida, vocês podem responder.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - O Dr. Antônio Carlos de Oliveira não respondeu à pergunta que eu fiz. Eu quero saber se houve convivência da empresa com o prostíbulo, porque, segundo relato dos Deputados e das autoridades que estiveram lá, para se chegar até o prostíbulo, teria que se passar por duas guaritas da empresa. Eu quero saber se isso é verdade. Se houve convivência, se vocês já sabiam que o prostíbulo estava ali, as pessoas passavam pela guarita normalmente, porque o senhor disse, na CPI do Tráfico de Pessoas, que não sabia da existência desse prostíbulo, porque não estava ali dentro do canteiro de obras de vocês, mas existem duas guaritas.

**O SR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA** - Perfeito, nobre Relatora. Acho que nós podemos esclarecer isso.



Com relação às guaritas, com relação ao Travessão 27, onde estava localizado esse prostíbulo, essa boate, é uma via pública, não é; é uma via que serve de acesso aos moradores daquela região. Nesse ponto especificamente, onde o Travessão 27 cruza a obra do canal, nós temos, não é guarita de permissão ou não, nós temos a guarita para orientar quem for passar para outro lado, durante aquela passagem dentro da obra, que tem caminhões pesados transitando ali. Os veículos do consórcio da Norte Energia e das outras empresas já têm uma bandeirola exatamente porque esses caminhões têm uma visão reduzida. Se você tiver a 6 metros, num carro pequeno, o motorista não consegue perceber. Então, esses veículos dos proprietários que passam ou de outras pessoas que transitam por ali não têm, porque eles não passam por dentro da obra. Então, nós orientamos a tomar cuidado e atenção. Dá uns 300... Ele passa dentro do canal e volta novamente ao Travessão 27. Esse local onde estava instalada essa boate é numa propriedade particular e não está dentro de nenhuma área idealizada pela Norte Energia. Então, a posse ainda é do proprietário.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - O senhor sabe quantos quilômetros de distância tem entre a guarita e o prostíbulo?

**O SR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA** - Do sítio, canais e diques dá em torno de 9 quilômetros e do Sítio Pimental, 7 quilômetros.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Então, era impossível não saber que ali existia um prostíbulo, não é?

**O SR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA** - Não, se você passar por lá... É o que nós fazemos questão de frisar aqui: todos esses órgãos fiscalizadores estão lá conosco todo dia e, nesses vários canais de denúncia que nós disponibilizamos não há nenhum registro de denúncia. Foi apresentada uma foto pelo Deputado Francischini — acho que é esse o nome dele — com uma faixa tal e tal. Essa faixa deve ter sido — não tenho conhecimento — do dia da inauguração da boate como estava lá.

Outra coisa, ali nessa região, nesse trecho, passam apenas 10% dos nossos trabalhadores de ônibus, ponto a ponto.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - O senhor já conhece a região, já foi até lá, já fez esse trajeto?



**O SR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA** - Sim. Passamos nesse trajeto. Se você passar lá hoje, você vai ver que é uma construção como outra qualquer de madeira, fechada. Não tem, você passando por ali, como você dizer que aquilo é um prostíbulo, só se você adentrar lá, senão não tem como; tanto é que nunca houve denúncia, por nenhum órgão que passou por ali, e constantemente temos ONGs e outras organizações, além daquelas que nós colocamos aqui. Toda semana você tem uma visita no projeto.

Agora, dá essa impressão de que 20 mil trabalhadores passam ali todo dia. Não é verdade. Ali passam 10% dos trabalhadores que vão para Pimental e desse grupo em torno de 4, 5 mil trabalhadores, e metade já está alojada.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Então, o senhor está afirmando que não sabia da existência desse prostíbulo.

**O SR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA** - Não. Isso. Corretamente.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mesmo estando a 7 quilômetros o sítio, 9 entre 7 quilômetros da guarita.

**O SR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA** - Mas não na via pública. Exatamente.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Tá bom, obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Bem, eu queria também fazer algumas perguntas. Primeiro, nós temos uma reportagem da *CartaCapital*, que diz que, há dias — é uma reportagem do dia 27 de março —, a Justiça Federal, a pedido do MPF, determinou que a Norte Energia pode ser multada em 500 mil reais, por dia, se não comprovar a adoção das medidas compensatórias. Aqui há uma série de discussões acerca das comunidades indígenas. É uma região com muitas comunidades indígenas, muitas etnias. E aqui se fala das condicionantes. As condicionantes foram estabelecidas para o plano básico ambiental. Eu estou me referindo ao plano ambiental porque nós queremos fazer, inclusive, um paralelo para que nós possamos ter a construção de um plano que possa prevenir esse nível de recrudescimento que nós estamos atestando.

Nós não estamos perguntando; nós estamos atestando que há um recrudescimento e que há uma relação muito visível e inegável entre a existência dos canteiros e o recrudescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes.



Então, aqui, há toda uma reportagem que vai falando sobre as condicionantes. Ao mesmo tempo, um impacto que se cria, que é inegável — você teve um aumento abrupto da população; então, você tem um impacto muito grande, e o nível, inclusive, de contrapartida. São contrapartidas muito determinadas por veículos, às vezes veículos sem ter quem os dirija, como lanchas, voadeiras, caminhonetes. Ao mesmo tempo, ausência de saneamento, ausência de uma série de políticas que seriam mais estruturantes para as comunidades indígenas.

Eu falo das comunidades indígenas porque é uma discussão que já está bem clara, que tem as condicionantes, inclusive as contrapartidas. Segundo a notícia, eu gostaria que vocês falassem sobre isso. Há uma dificuldade ou há um não cumprimento das contrapartidas. Mas o que eu vi acerca das crianças e dos adolescentes é muito preocupante. É muito preocupante, primeiro, porque nós temos outras usinas, em que o trabalho, inclusive de sensibilização, é mais dialogal, é um trabalho mais, digamos assim, mais, uma sensibilização mais intensa do que essa que nós conseguimos ver no vídeo e nas próprias cartilhas, de estabelecer o que é crime, enfim, o que já foi falado pelas Deputadas, e eu não vou repetir.

Mas o que nós estamos vendo, mesmo nos lugares onde são feitas oficinas de sensibilização, é que há uma dificuldade muito grande do operário ou do trabalhador da indústria, do canteiro, de ele conseguir identificar que aquela criança pode ser... Identificar a sua filha ou a possibilidade de que ela seja a sua filha naquela criança, que ela está naquela adolescência porque ele percebe de uma forma diferenciada.

Então, portanto, os trabalhos de sensibilização — e eu falo de trabalhos mais aprofundados do que os que vocês conseguiram relatar... Vocês relataram muitas palestras, cartilhas; enfim, existem outras, ou trabalhos, que são de oficinas, de envolvimento. E mesmo assim eles não têm contribuído para que os próprios trabalhadores possam ressignificar as suas relações naquela condição porque ele tem dificuldade de fazer essa identificação, que aquela menina poderia ser a sua filha, e entender, inclusive, que ela está sendo vitimada, até porque a percepção da condição de vítima é uma percepção que é muito confusa numa sociedade com tantas casas grandes e senzalas, diria eu, na nossa história.



Então, portanto, eu me preocupo bastante, porque, primeiro, eu não vi... pode ser que eu não tenha percebido, mas eu não vi nenhum tipo de discussão com os instrumentos, que são os instrumentos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, para que se possa elaborar um projeto ou uma atuação ou uma contrapartida da empresa na perspectiva de impulsionar e aprofundar os equipamentos públicos de proteção à criança e ao adolescente.

Eu vi a questão da educação que obviamente tem uma relação com a criança e com o adolescente, vi a questão da saúde, do estabelecimento de saúde. Mas, do ponto de vista das estruturas, que têm uma relação muito direta e muito incontestável com a proteção de direitos, eu não vi esse processo.

E penso que antes de se fazer a contrapartida... Há inclusive uma reclamação aqui das comunidades indígenas, que os indígenas foram pouco escutados, as demandas foram muito pontuais. E aqui eles falam muito de desunião, que houve quebra de vínculos culturais, porque se aldeias foram subdivididas para que se pudesse fazer as negociações pontuais e quebrar a unidade das comunidades indígenas na negociação com a própria empresa, também me referindo à reportagem, mas penso que, assim, antes de fazer uma contrapartida ou de se elaborar uma contrapartida deveria que se ter um mapeamento. Acho que nenhuma empresa poderia se instalar para construir uma obra desse porte, com esse nível de impacto. O impacto ambiental é absolutamente inegável, tanto que nós estamos tendo várias polêmicas, várias atuações, intervenções de ambientalistas, dos indígenas, enfim, é um impacto ambiental visível.

O impacto também nas relações sociais é inegável. Você não pode ter uma cidade que duplica ou triplica de tamanho, de um dia para o outro, sem ter uma preparação para isso, num nível de vida que se aguça, porque é o que nós estamos vendo também nas reportagens. O aluguel custava 1.500 reais e passou a custar 4 mil; enfim, você tem uma demanda que não tem a oferta. E ao não ter isso, você tem uma inflação de demanda, que é o que se atesta lá, naquela comunidade.

Então, o impacto para a vida da comunidade é muito intenso. E penso, e gostaria de saber se isso foi feito, que deveria ser feito, primeiro, um mapeamento de vulnerabilidade ou potenciais de vulnerabilidades ou fragilidades para as crianças e adolescentes na região.



O segundo é que deveríamos ter instrumentos, porque aqui houve até uma discussão que dá contrapartida para a própria FUNAI; parece que não funcionou, do ponto de vista da proteção da comunidade indígena — estou me referindo à reportagem —, mas deve haver também um empoderamento dos órgãos de fiscalização, não é? Porque aqui já foi falado sobre a Polícia Federal que não tem estrutura para poder fazer esse acompanhamento, mas você ter um empoderamento.

Então, penso que antes de se instalar uma obra dessa envergadura ou com esse nível de impacto nítido, deveria ser feito esse mapeamento, fazer uma discussão com todos os atores, fazer uma territorialização, identificando os atores, os segmentos de proteção, o que poderia ser empoderado, do ponto de vista de estrutura de Estado, às vezes, estrutura de um terceiro setor, porque é possível que ali exista, mas particularmente conselhos tutelares, enfim.

Então, deve-se fazer esse mapeamento e, a partir daí se construir, de forma conjunta, coletiva, um plano de proteção às crianças e aos adolescentes, penso eu, e ter um nível de acompanhamento. O que nós vimos aqui foi uma boate que funcionava com uma estrutura de cárcere privado, ou semelhante a isso, estrutura análoga a cárcere privado, que envolvia a exploração de crianças; envolvia a exploração de adolescentes naquele estabelecimento, funcionando a poucos quilômetros. E, aí, é dizer o seguinte: *“Não, mas ali não foi encontrado nenhum funcionário da empresa”*. Mas, veja, havia um estabelecimento para mercado de sexo na região, segundo a reportagem. E com a entrada dos canteiros, a instalação dos canteiros, passou a ter sete... se não me engano, mas posso aqui confirmar.

Então, você tinha... havia um só na região e, em 2 anos, o número saltou para sete, com programas a 200 reais. É o que está dito aqui, e o que foi constatado, inclusive, pela Polícia Federal.

Então, veja, é nítida, não foram encontrados trabalhadores ali, mas é absolutamente nítida a relação entre o canteiro de obras, a construção da hidrelétrica e esse nível de recrudescimento do mercado do sexo, envolvendo, inclusive crianças, envolvendo particularmente adolescentes, que é o que está dito aqui.



Então, portanto, a nossa sugestão, e nós vamos trabalhar com um projeto de lei nesse sentido, é de que nós tenhamos o mapa da vulnerabilidade, o diálogo com os atores potenciais e efetivos, seja do Estado ou do terceiro setor, da sociedade civil, e que se possa fazer um acompanhamento periódico. Porque, o que eu vi de estrutura, tanto da Norte Energia quanto da empresa, é absolutamente insuficiente para fazer frente ao que representa essa obra na vida das crianças e dos adolescentes e o que os dados indicam.

Os dados indicam o aumento de gravidez na adolescência; ao mesmo tempo, o aumento de violência de caso de estupro — não é um dado só de Belo Monte — está em outras obras que nos façam ter a noção exata de que nós precisamos criar mecanismos mais eficazes, porque os mecanismos que estão sendo apresentados são insuficientes.

O senhor discorreu muito aqui sobre o atendimento aos trabalhadores e às pessoas que estão trabalhando na construção da usina, mas eu não vi diálogos com segmentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente ou com a própria sociedade. A comunidade se instala ali e, o senhor mesmo falou, é como se tivesse sido construída uma cidade dentro de uma cidade. Mas é uma cidade que está incrustada em relações de cidadania ou cidadinas que se constroem dentro de uma localidade. Então, não se pode simplesmente transportar uma cidade, porque ela vai impactar a vida das outras pessoas.

Então, penso que nós vamos fazer uma visita a Belo Monte, sem nenhuma dúvida. Acho que é preciso avançar muito, até na compreensão, porque acho que há pouca compreensão. Acho que os próprios representantes do Consórcio, representantes das empresas, também deveriam passar por um processo de capacitação, de entendimento do que isso representa, porque há pouca compreensão do que isso representa. Enfim, discorrer-se: é crime, é crime, é crime. É crime mesmo, sem nenhuma dúvida. E se faz uma discussão para os trabalhadores sem entender o que é o fenômeno da exploração sexual, como isso é uma cadeia de vitimizações e como isso faz com que percamos a noção de humanidade.

Portanto, não há como se fazer uma política que seja apartada ou que desconsidere e ignore as relações sociais que se constroem historicamente numa



cidade como Altamira ou Vitória do Xingu, parece-me. A partir daí, seria preciso que avançássemos nesse sentido.

Fico muito preocupada com a exposição. Entendo até a boa intenção. Sei que a empresa não pode ser diretamente responsabilizada, os representantes da empresa, pelo recrudescimento, mas, indiretamente, sim. É impossível, disse bem a nossa Relatora, que com esse quadro a empresa não tenha percebido e não faça nada nesse sentido, porque eu não sei também quem orientou para que se concentrasse a atuação nesse processo “orientativo” ou educativo, se houve alguma discussão com o Ministério Público, para se fazer um plano. Acho até que deveríamos construir esse plano, que é um plano intersetorial, enfim, um plano de proteção às crianças e aos adolescentes em localidades que vão receber essa obra.

Então, são as nossas preocupações e, obviamente, vamos chamar o Prefeito também, porque achamos que há problemas de liberação de alvarás e de outras coisas, e uma responsabilidade do próprio Município, que tem que ser cobrada e que tem que ser efetivada. Vamos amanhã receber os bancos que financiam. Sabemos que os bancos financiam e, obviamente, não estão ali com a intenção de financiar a exploração sexual, mas esse financiamento tem como efeito colateral a exploração sexual, que precisa ser considerada e precisa haver um verdadeiro pacto de construção de um plano para que nós possamos, enfim, fazer com que o que representa Belo Monte, do ponto de vista da suficiência energética, do fio de água, que já é uma exigência ambiental, e tudo isso que foi mencionado, não tragam atrás esse nível de violação de direitos, da forma que está trazendo.

Quanto ao nível de violação dos direitos, eu falo dos indígenas, da quebra de vínculos, enfim, das relações pontuais, e falo também das crianças e dos adolescentes. E eu encerro dizendo que a boate, que foi desbaratada, digamos assim, é apenas a ponta do *iceberg*. Não gosto de dizer isso porque dificilmente temos um *iceberg* no Brasil, mas ela é a ponta apenas do que a gente consegue ver de um sintoma de processo altamente atentatório à dignidade humana, que está em curso no Brasil, com a melhor das intenções de se construir um desenvolvimento tecnológico com autossuficiência energética.

Era um pouco isso que queria falar. Vou passar a palavra para vocês.

Vou passar para a Deputada Liliam. Em seguida, para a Deputada Carmen.



Passo-a para que vocês possam responder aos questionamentos e fazer suas considerações finais, se acharem que devem fazê-lo, e a gente caminha para o encerramento.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Eu tenho um relatório aqui, nas mãos, o relatório final do diagnóstico rápido, participativo, do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes do Município de Altamira, onde foi feito um trabalho todo voltado à questão da prevenção e do enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes e do empoderamento.

E aqui, este relatório que eu estava lendo rapidamente, porque chegou às minhas mãos agora — depois, vou passar para a nossa Presidenta —, diz que a participação de crianças e adolescentes nas ações desenvolvidas pelas empresas e campanhas de sensibilização são poucas. Que elas não chegam até as crianças.

E diz que, das sete empresas que contribuíram com a pesquisa, somente duas falaram que não desenvolveram ações que envolvem a participação de grupos de crianças. Foi a Líder de Madeiras e o Hotel Orinoco. E as outras cinco empresas disseram que as suas ações desenvolvidas têm participação de grupo de jovens, que é a conscientização. É o que ela está falando, que não chega à sociedade.

Então, os fornecedores que trabalham com vocês também têm que ter essa conscientização. Não bastam só vocês, que estão ali, no canteiro de obras, falarem isso para os seus empregados, porque, como vocês falaram, o número de solteiros é maior. E um homem que fica preso 3 meses para ver a família, já viu como é que fica nessa situação, não é?

Então, essa conscientização tem que ter também a participação da sociedade, nesse sentido de fazer campanhas. Inclusive, nos hotéis da região, das empresas que fazem trabalho para vocês, que fornecem material. Essas empresas não têm consciência disso. Então, é uma questão de se trabalhar com a prevenção. Não basta estar aquela coisa interna, como está ali, internamente, vocês falando: “*Olha, é crime*”. Todo mundo sabe que é crime, mas todo mundo vai lá, ao prostíbulo. Todo mundo abusa de crianças e adolescentes, sabendo que é crime.

Então, eu acho que isso teria que ser estendido mais para o Governo. Nós temos que chamar, depois desse relatório aqui, chamar o Prefeito. Nós temos que responsabilizar o Prefeito, o Governador. Nós temos que conversar, saber o que



eles estão fazendo em relação a isso. O caso é grave e está se alastrando. A responsabilidade das empresas nessa questão de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes é imprescindível — vocês têm que fazer mesmo —, porque acaba que nós estamos discutindo uma coisa que já deveria ter sido lá na frente, evitada.

Então, nós queremos que exija... Que a CPI faz até uma recomendação a vocês, que vocês exijam que também as outras empresas, que o trabalho fornece material para vocês, também tenham esse mesmo compromisso com a criança e o adolescente no enfrentamento à exploração sexual.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nobre Deputada Carmen.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Vou ser bem rápida. Quando o Sr. Antônio Carlos de Oliveira coloca que apenas 10% ou em torno de 10% dos homens da equipe de trabalho passam por esse trajeto onde esse prostíbulo existia, eu pergunto por onde passam os demais 90% dos trabalhadores, e, se após o desmonte dessa boate, desse cárcere privado os senhores receberam algum tipo de informação de outros espaços semelhantes que pudessem ter ali, na redondeza.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA** - Ok. Os outros trabalhadores...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Só um minuto, por favor. Eu vou tentar inverter um pouco a discussão, porque nós estamos em vias de começar a Ordem do Dia. E eu vou aprovar os requerimentos; temos quórum para tanto. E depois nós continuamos. Eu pediria só a licença e a compreensão.

E vamos, então, aos outros pontos da pauta, que tem dois que são apreciação de requerimentos. E temos requerimento nº 1, o 109/13, do Deputado João Campos, que *“requer a realização de diligência em Quirinópolis, Goiás, para verificar e acompanhar a investigação da criança violentada em praça pública, e, se for o caso, realização de audiência pública, conforme matéria publicada pelo jornalista Marcelo Tavares, do conceituado jornal Diário da Manhã, Caderno Cidades, página 3, de 14 de março de 2013”*.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.



Requerimento de nº 110, de 2013, do Deputado Luiz Couto, que *“requer seja convidado o Sr. Leonardo Nunes, a fim de que seja ouvido em audiência desta CPI”*.

Em votação.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.

Requerimento nº 111, de 2013, da Deputada Antônia Lúcia, que *“requer a realização de audiência pública no Estado do Acre, para que sejam prestados esclarecimentos acerca da atuação da rede de exploração sexual de crianças e adolescentes no local”*.

Em votação.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.

Requerimento nº 112, de 2013, do Deputado Luiz Couto, que *“requer seja convidado o Sr. Ricardo Mamede, Delegado Assistente da Delegacia de Itaquaquetuba, São Paulo, para prestar depoimento nesta CPI”*.

Em votação.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.

Por fim, Requerimento nº 113, de 2013, da Deputada Antônia Lúcia, que *“requer seja encaminhado ofício solicitando informações sobre a ação tomada pelas instituições competentes diante dos dados obtidos no relatório de Estatística Hospitalar por Faixa Etária da Maternidade Bárbara Heliodora, na cidade de Rio Branco, no Acre”*.

Em votação.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.

Feitas as apreciações de requerimentos, passo a palavra para os expositores.



**O SR. ANTÔNIO ELIAS FILHO** - Sra. Presidenta, Sra. Relatora, Sras. Deputadas e presentes, eu acho que ouvi aqui diagnósticos maravilhosos da situação com a intenção clara de resolver o assunto. A Norte Energia não tem abrangência para solucionar essa questão, mas ela está aqui coadunando com vocês, colocando-se à disposição no que for possível para, se não eliminarmos, mitigarmos ao máximo esse abuso com relação às crianças e aos adolescentes.

É o que eu posso fazer: colocarmo-nos à inteira disposição. Hoje já existe uma inteiração muito grande, nossa, com a Polícia Militar, com a Polícia Federal, com a Vara de Família, com várias repartições públicas, no que tange a acabar com isso.

Com relação à pergunta da Deputada Carmen, acho que não fomos muito claros, porque é uma obra muito complexa. Nós temos quatro grandes canteiros. As pessoas que trafegam nesse trajeto onde estava esse estabelecimento é o número que o Antônio Carlos disse mesmo — cerca de 10%. Os demais estão alojados em outros locais ou trafegam por outras vias.

Inclusive, eu gostaria de deixar aqui muito claro, até para responder à Sra. Deputada Relatora, que o acesso a esse estabelecimento é feito por uma estrada que não tem guarita alguma. Se a Sra. Presidenta me permitir, eu tenho aqui uma planta que elucida de vez essa questão. Existe um caminho alternativo que passa (*falha na gravação*) e, obviamente, os meliantes e as pessoas com más intenções não passam ali, porque ali elas seriam barradas. Elas passam pelo acesso, que é um acesso público, e não podemos impedir.

Tenho aqui e, se a senhora quiser e me der a chance, eu lhe mostrarei e, sem dúvida nenhuma, isso vai lhe retirar todas essas dúvidas.

Por fim, Sra. Presidenta, mais uma vez, vamos nos colocar à disposição. Somos soldados nessa luta que já vem de muitos anos no Brasil, e nos incomoda essa brutalidade contra as crianças. Nós, que somos pais, estamos sujeitos a ter os nossos filhos numa situação dessa.

Conte com a Norte Energia.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer a sua participação e passar a palavra para o Sr. Antônio Carlos Oliveira.



**O SR. ANTONIO CARLOS OLIVEIRA** - Para responder à pergunta feita pela nobre Deputada.

Senhores, como empresa contratada da Norte Energia, estamos alinhados com os princípios colocados aqui e nos colocamos também à disposição para trabalharmos em conjunto. O.k?

Pois não.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Depois desse prostíbulo, os senhores não tiveram nenhuma informação de outros das imediações dos outros espaços da obra?

**O SR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA** - Não, não houve nenhuma denúncia.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Nenhuma denúncia?

**O SR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA** - Não houve nenhuma denúncia.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Tá, obrigada.

**O SR. ANTÔNIO ELIAS FILHO** - Eu tive, sim, em Altamira. Talvez pelo calor da discussão do momento foi revelada pelos jornais locais a localização de alguns outros no perímetro urbano de Altamira. Só pra ser honesto com a senhora.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer a presença das Deputadas, agradecer a presença do Sr. Antônio Elias Filho e do Sr. Antônio Carlos de Oliveira, e dizer que a situação mais uma vez aponta com o aumento da nossa preocupação e da nossa premência de estarmos trabalhando com outras proposições, até porque para que haja uma compreensão maior inclusive de quem vai estar conduzindo as próprias obras. Nós não estamos aqui falando de relacionamentos ou de namoros de garçonetes com gerentes. Nós estamos falando de exploração sexual de crianças e adolescentes. Não são relações amorosas. Enfim, há uma diferença absolutamente nítida de que deveria ser de conhecimento de todos os responsáveis por obras desse porte que provocam tamanho impacto.

Mas, de toda sorte, eu agradeço a presença dos nossos dois convidados, o Sr. Antônio Elias Filho e Antônio Carlos de Oliveira. Acho que foi uma audiência onde nós pudemos perceber de forma muito nítida os desafios que estão postos e a necessidade de superá-los.



Não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todas e todos, convocando reunião para amanhã, quarta-feira, dia 3 de abril, às 14h30min, no Plenário 12, onde nós vamos escutar os gestores da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES, que são instituições que financiam as grandes obras, na perspectiva de contribuirmos para a superação do que nós estamos atestando nos trabalhos da CPI.

Passo a palavra para a Relatora.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Eu agradeço a contribuição dos nossos convidados. E quero só reiterar que nós vamos ver essas guaritas, porque quem falou foram os Deputados, que eles teriam acesso. E eu gostaria de ver mesmo. E nós vamos confirmar, para ver se não houve nenhum tipo de convivência com o consórcio e essa situação.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, apenas, eles estão com o mapa. E eu já conheço esse mapa. E, se as Deputadas quiserem ver, para que possa esclarecer, eu acho que é importante.

E, com isso, agradecendo mais uma vez a presença de todas e de todos, das Deputadas e Deputados que aqui estiveram e dos nossos convidados, eu declaro encerrada a presente audiência pública.